

EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CAMPO: DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Rural higher education: challenges of social movements and public universities in the implementation of undergraduate in Rural Education

Educación rural superior: desafíos de los movimientos sociales y universidades públicas en la aplicación de la licenciatura em Educación Rural

Hellen do Socorro de Araújo Silva *

Salomão A. Mufarrej Hage **

Ana Cláudia da Silva Pereira ***

Maria da Conceição dos Santos Costa ****

Resumo

O texto apresenta resultados do estudo em andamento desenvolvido pela pesquisa da Rede Universitas-Br realizado pelo subprojeto que investiga a Expansão da Educação Superior do Campo. Nosso objetivo foi analisar o processo de implantação das Licenciaturas em Educação do Campo e compreender o protagonismo dos movimentos sociais na constituição destes cursos como uma política pública. A metodologia utilizada ancorou-se na pesquisa qualitativa, por meio de estudos bibliográficos, documentais e de campo. Este estudo interpretou os dados coletados a partir das entrevistas feitas com coordenadores, docentes e discentes que atuam nas Licenciaturas em Educação do Campo, além de representantes dos movimentos sociais, que estão envolvidos neste processo de luta por educação superior do campo no Estado do Pará. Os resultados revelam que a expansão e implantação das Licenciaturas em Educação do Campo tiveram a participação e o protagonismo dos movimentos sociais do campo, que de forma dialógica, tensa e crítica buscaram engajar-se no processo de consolidação destes cursos junto às instituições de ensino superior na perspectiva de reivindicarem uma formação contra-hegemônica diante do processo de exclusão educacional vivenciada pelas populações do campo no sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Educação do Campo. Movimentos sociais. Políticas educacionais.

Abstract

* Mestre e doutoranda em Educação. Professora da UFPA, Campus de Cametá, bolsista do Observatório da Educação Superior do Campo. Email: haraujosilva@hotmail.com

** Doutor em Educação. Professor do Instituto de Ciência da Educação na UFPA. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ). Email: salomão_hage@yahoo.com.br

*** Mestre e doutoranda em Educação. Professora da Universidade do Estado do Pará. Email: acffavacho@bol.com.br

**** Mestre e Doutoranda em Educação. Professora do Instituto de Ciência da Educação na UFPA. Faculdade de Educação Física. Email: concita.ufpa@gmail.com

The paper presents results of a study in progress developed by research of Universitas-Br network done by subproject wich investigates the Expansion of Rural Higher Education. Our goal was to analyze the implementation process of Undergraduate in Rural Education and understand the protagonism of social movements in the constitution of these courses as a public policy. The methodology used was anchored in qualitative research, through bibliographical, documentary and field studies. This study interpreted the data collected from interviews with coordinators, teachers and students working in the Undergraduate in Rural Education, and representatives of social movements, which are involved in this process of struggle for higher rural education in the state of Pará. The results show that the expansion and implementation of Undergraduate in Rural Education had the participation and protagonism of rural social movements, which in a dialogical, tense and critical form, seek to engage in the consolidation process of these courses at the higher education institutions in the perspective of claiming a counter hegemonic formation facing the process of educational exclusion experienced by rural populations in the capitalist system.

KEYWORDS: Higher education. Rural Education. Social movements. Educational policies.

Resumen

El artículo presenta los resultados del estudio en curso desarrollado por la red de investigación Universitas-Br realizadas por sub-proyecto que investiga la expansión del Educación Rural Superior. Nuestro objetivo fue analizar el proceso de implementación de Licenciatura in Educación Rural y entender el liderazgo de los movimientos sociales en la constitución de estos cursos como una política pública. La metodología utilizada fue anclada en la investigación cualitativa, através de estudios bibliográficos, documentales y de campo. Este estudio interpretó los datos obtenidos de entrevistas con los coordinadores, los profesores y estudiantes que trabajan en las Licenciaturas en Educación Rural y representantes de movimientos sociales, que están involucrados en este proceso de lucha por el campo de la educación superior en el estado de Pará. Los resultados muestran que la expansión e implementación de Licenciatura in Rural Educación tuvieron la participación y el liderazgo de los movimientos sociales rurales, que de forma dialógica, tensa y crítica buscan participar en el proceso de consolidación de estos cursos en las instituciones de educación superior em la posibilidad de reclamar una formación contrahegemónica frente el proceso de exclusión educativa experimentada por las poblaciones del campo en el sistema capitalista.

PALABRAS CLAVE: Educación Superior. Educación Rural. Movimientos sociales. Políticas educativas.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado dos estudos desenvolvidos no subprojeto da Rede Universitas-Br que investiga sobre a Expansão da Educação Superior do Campo no Brasil, com destaque para a experiência do Estado do Pará. Neste texto, traçamos uma análise crítico-reflexiva do IV Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo, que ocorreu no período de 02 à 04 dezembro de 2014 no Distrito de Mosqueiro no Estado do Pará. O seminário reuniu vários sujeitos envolvidos com o Curso, entre eles: coordenadores, docentes, discentes e técnicos de 42 Instituições Públicas de Ensino Superior, Movimentos Sociais Nacionais e Locais, Ministério da Educação, Secretaria de Estado de Educação e também contou com a presença de Secretarias Municipais de Educação de alguns municípios da Amazônia Paraense.

A organização deste amplo coletivo nos leva a afirmar que a implantação das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil têm se efetivado em meio ao protagonismo dos movimentos sociais em diálogos tensos e conflituosos com as universidades públicas na perspectiva de garantir o direito de acesso à educação superior aos sujeitos do campo.

De fato, a discussão que permeia o texto se orienta pelas seguintes questões/problemas: De que maneira tem se efetivado a articulação entre os movimentos sociais e as universidades na implantação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo? Como o IV Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo procurou dialogar acerca da implantação e consolidação destes cursos nas Instituições Públicas de Ensino Superior?

A partir desses questionamentos definimos como objetivo geral analisar o processo de implantação das Licenciaturas em Educação do Campo e compreender o protagonismo dos movimentos sociais na constituição destes cursos como uma política pública.

A metodologia utilizada ancora-se na pesquisa qualitativa, por meio de estudos bibliográficos, documentais e de campo. Nosso estudo procurou interpretar os dados coletados a partir das entrevistas feitas com os sujeitos que protagonizam os cursos de Licenciaturas em educação do campo em Instituições de Ensino Superior do Pará. Entrevistamos um quantitativo de quatro (4) sujeitos, sendo um de cada categoria, a saber: coordenador, docente, discente, além de um representante dos movimentos sociais, que estão envolvidos neste processo de luta por educação superior do campo e também na implantação das Licenciaturas em Educação do Campo e sua institucionalização. As entrevistas com referidos sujeitos foram realizadas durante o IV Seminário Nacional das Licenciaturas do Campo ocorrido em dezembro de 2014 no Estado do Pará.

Os desafios dos movimentos sociais e das universidades públicas na implantação da licenciatura em educação do campo

A luta por educação de qualidade, contextualizada com a realidade local e global, crítica e resistente diante da lógica do capital na sociedade contemporânea pautada aos sujeitos do campo se fortalece nos anos de 1990 aliadas às agendas de reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que passam a incluir a educação como prioridade no contexto do Movimento da Educação do Campo. Segundo Hage (2014, p.02), além do MST:

Outros movimentos e organizações sociais representativos da classe trabalhadora do campo – constituída em sua diversidade por agricultores familiares, assentados, acampados e trabalhadores assalariados rurais, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos da floresta, comunidades tradicionais e quilombolas –, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas relacionadas à conquista da terra, dos territórios pesqueiros e da floresta, ao fortalecimento da produção de base familiar e à garantia do direito à vida com dignidade; constituindo-se enquanto sujeitos coletivos de direito e de produção de novas referências de sociabilidade, em que se inclui o direito à educação.

Os movimentos da educação do campo procuram ampliar seus questionamentos destacando que a luta pela terra torna-se indissociável da luta por educação pública e de qualidade aos diversos sujeitos do campo.

As demandas dos movimentos sociais pelo direito de acesso à educação básica se dão principalmente, pelo fato da escolarização ser negada às populações do campo nos seus próprios territórios.

O cenário de precarização das escolas do campo, no que se refere à estrutura física, à qualificação profissional, à falta de materiais didáticos, pedagógicos e à ausência de políticas educacionais que possibilite melhores condições de estudo e trabalho no campo, tem provocado um histórico de distorção idade série, altos índices de reprovação de crianças, adolescentes e jovens que acabam abandonando a escola pelo fato de muitas vezes se encontrarem distantes ou por longos percursos, ou por um currículo que não atende suas formas de viver, de existir e resistir em seus territórios do campo, das águas, das florestas, ou por serem quilombolas, ou por serem indígenas, ou seja, não são reconhecidos pela sua diversidade sociocultural.

Os indicadores educacionais revelados a partir dos estudos realizados por Hage (2014, p. 143) no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ) reiteram nossas reflexões:

Do total de 29.830.007 de pessoas que vivem no campo em nosso país, somente 21% acessam a escola, isto é, que existem 6,3 milhões de matrículas nas escolas do meio rural [...]. De forma mais detalhada, os dados do INEP desse mesmo ano indicam que somente 6,98% das crianças do campo acessam a educação infantil na creche e que apenas 66,80% acessam a educação infantil na pré-escola. Em termos do Ensino Fundamental, a matrícula atinge 91,96% da população entre 6 e 14 anos, destacando-se o fato, que grande parte desse contingente é atendido nos anos iniciais do Ensino Fundamental, através das escolas unidocentes e multisseriadas. As estatísticas indicativas do atendimento da população rural no Ensino Médio em nosso país (18,43%) também reforçam a situação de exclusão que caracteriza o atendimento educacional no meio rural e, no caso do Estado do Pará, a situação é ainda muito peculiar, à medida que o atendimento a essa etapa da Educação Básica majoritariamente ocorre através do Sistema Modular, em que os professores se deslocam periodicamente para ministrar as disciplinas de forma concentrada, atingindo 96 municípios dos 144 existentes no Estado, e um total de 30.000 estudantes, que estudam em turmas isoladas, com precária infraestrutura, funcionando em 465 comunidades rurais.

Os dados revelam que o atendimento na educação infantil é quase inexistente nas escolas do campo e que os anos iniciais do ensino fundamental têm seu atendimento em 91,96% pelo fato de grande parte destes alunos serem atendidos pelas escolas multisseriadas, conforme enfatiza o autor. Esta realidade é bastante presente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, tendo destaque para os Estados da Bahia, Maranhão e Pará, por apresentarem os maiores índices de escolas organizadas sob a forma de multisseriação.

As estatísticas supracitadas também demonstram a “produção destrutiva” (MÉSZAROS, 2008) sobre a escola pública e os sujeitos do campo. Crianças, jovens, adultos e idosos sendo furtados do acesso à educação pública de qualidade, tal contexto representa o

aprofundamento e extensão da ordem social da barbárie do sistema capitalista. Barbárie está que se manifesta na radical exploração, e subalternização dos sujeitos sociais, que tem o trabalho como sua condição de existência material.

A educação, enquanto satisfação humana é completamente negada e destruída da possibilidade de resistência e emancipação humana por crianças, jovens e adultos. Para Mézaros (2008, p.73) a humanidade vem sendo esmagada “[...] enquanto os índices de desperdício assumiram proporções escandalosas, em conformidade com a mudança da reivindicada destruição produtiva, do capitalismo do passado, para a realidade, hoje predominante, da produção destrutiva”.

Os sujeitos do campo vivem um processo de desapropriação dos bens sociais e aqui ressaltamos a educação por analisar que é por este campo social, político, cultural e pedagógico que o processo de nitidez política, autonomia, intervenção e emancipação humana pode se materializar em tempos de barbárie que nos exige resistência e atuação política na sociedade contemporânea.

O Campo e seus sujeitos históricos vivem tempos de dismantelamento total dos ganhos sociais (APLLE, 1995; FRIGOTTO, 2011), onde a maioria das pessoas lutou por décadas para ter direito, acesso e permanência de qualidade à saúde, educação, segurança, transporte, saneamento, às práticas corporais, ao lazer, dentre outros, na dimensão e caráter públicos. É o tempo da fuga de capital que se desdobra no subterfúgio,

[...] do desemprego, da degradação do trabalho, da desintegração das cidades e comunidades, [...]. Um mundo no qual o racismo está novamente em ascensão, no qual estamos tentando empurrar, tanto ideológica quanto economicamente, as mulheres de volta para o trabalho não-remunerado do lar, no qual colocamos nossos idosos em depósitos [...] (APLLE, 1995, p. 06).

Para além dos aspectos apontados, o estudo acima evidencia também a ausência de profissionais com formação específica para atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Para suprir tais necessidades os alunos vêm sendo atendidos em escolas nucleadas ou são transportados para as escolas localizadas na sede dos municípios. No caso do Estado do Pará, a situação do Ensino Médio é peculiar, pois os alunos são atendidos pelo Sistema Modular de Ensino (SOME) que oferece uma escolarização que não tem atendido às perspectivas e reais necessidades dos jovens do campo.

Esses índices educacionais alarmantes e a ausência de profissionais para atuarem no campo motivaram o debate da II Conferência Nacional de Educação do Campo ocorrida em 2004, em Luziânia/GO, transformando esse evento num momento singular ao pautar a importância da formação de professores para atuar nas escolas do campo.

Como encaminhamento da II CNEC em 2004 se instituiu um Grupo de Trabalho formado por professores de universidades, movimentos sociais e representantes do poder público, para elaborar uma proposta de formação de professores que valorizasse a diversidade sociocultural e territorial que configura os sujeitos do campo e que apresentassem como proposição um currículo que superasse a perspectiva predominantemente disciplinar.

No final de 2006 o Grupo de Trabalho apresentou a proposta do curso de Licenciatura em Educação do Campo que se “justificava pela urgência de ações afirmativas que pudesse

ajudar a reverter à oferta da Educação Infantil, dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” (SANTOS, 2009, p. 54). A referida licenciatura propunha uma organização do trabalho pedagógico de forma integrada e com formação curricular por área de conhecimento, tendo como referência a metodologia proposta pela Pedagogia da Alternância.

A partir de 2007 o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI) apoiou de forma financeira a implementação de experiências pilotos desenvolvidas pelas universidades: UFMG, UNB, UFS, UFBA. Estas universidades foram convidadas a realizar a formação de educadores do campo sintonizadas com as especificidades e as identidades das populações do campo.

As experiências formativas das licenciaturas tiveram sua âncora epistemológica no percurso educacional que vinha sendo desenvolvido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), sendo, portanto, muito difícil abordar as conquistas quanto à educação superior no campo, sem pontuar as contribuições que o PRONERA teve com a oferta dos projetos de alfabetização, passando pela escolarização, magistério até os cursos de graduação no contexto das universidades públicas.

O Decreto 7.352 de 2010, que institui a Educação do Campo e o PRONERA como política pública, destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo (Art. 1º). A partir do referido Decreto o MEC/SECADI lança o edital nº 2 de 2012 que possibilita a institucionalização do Curso de Licenciatura em Educação do Campo como uma política estruturante na educação superior pública. Na materialidade deste curso de Licenciatura em Educação do Campo houve a garantia de um total de até 15 vagas para docentes efetivos, três (3) vagas para técnicos e 300 vagas no vestibular para ser realizado em três anos, com a disponibilização de recurso para custeio na ordem de R\$ 4.000,00 por estudante ao ano, além disso, o curso muda o contexto das universidades no sentido de garantir o acesso a educação superior às populações do campo e também de ampliar o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de grupos de pesquisa e projetos que venham pautar a educação do campo como uma política pública.

Nesse sentido, consideramos ser de fundamental importância que as Instituições de Ensino Superior (IES) que implantaram o curso de Licenciatura em Educação do Campo, a partir do edital de 2012, procurem compreender, reconhecer e construir uma história articulada com a resistência dos movimentos sociais do campo para que juntos possam lutar pelo reconhecimento social, pelas cobranças junto ao poder público, como forma de garantir aos profissionais egressos a legitimidade institucional do curso. Sobre estas questões os depoimentos a seguir, nos revelam o quanto tem sido desafiadora a implementação dos cursos neste momento de institucionalização.

Hoje temos caso de universidades que estão entrando na licenciatura em educação do campo e nunca fizeram nem o curso do Pronera, então a figura da alternância, por exemplo, é algo exótico podemos dizer, porque quando a gente fala de alternância, fala com certa naturalidade porque já sabe o que é, mas a universidade não sabe o que é porque nunca tiveram isso. Então falar de movimento social dentro da universidade às vezes soa também como algo estranho, mas é o desafio que temos que enfrentar (Representante do Movimento social).

Os movimentos sociais colocam em pauta as contradições e formas de manutenção que se materializam entre os sujeitos, nos processos de trabalho e nos processos formativos desenvolvidos por algumas universidades que vêm ofertando o curso. O distanciamento histórico entre as Instituições de Ensino Superior e os movimentos sociais trazem ainda representações simbólicas e práticas de poder nas ações educativas na contemporaneidade e que os movimentos sociais a partir de suas construções históricas chegam a problematizar e a “desestabilizar a estrutura” das práticas institucionalizadas ideologicamente dominante nos espaços acadêmicos, colocando em visibilidade as suas demandas sociais e históricas. Esse processo é caracterizado no campo do poder de resistência como uma celebração “não do que é, mas do que poderia ser [...] é a energia que ela mobiliza para a mudança social” (GIROUX, 1983 apud GUARESCHI, 2002, p. 53).

A universidade por desenvolver práticas formativas no campo inicial e continuada para com os sujeitos da sociedade em geral, precisa também se enxergar como espaço de diálogo permanente entre os sujeitos que compõem a universidade e os movimentos organizados, possibilitando uma gama de comportamentos, atitudes e práticas formativas contra-hegemônicas na sociedade do capital.

Os sujeitos entrevistados nos depoimentos seguintes revelam uma leitura crítica e o exercício da autocrítica sobre o papel desenvolvido pelas instituições superiores, que no processo de implementação das licenciaturas do campo, evidencia-se, em um aspecto, na força da institucionalização e de outro, aparece uma contraposição às práticas formativas neoliberais hegemônicas, em que procuram dialogar com o coletivo do campo de forma democrática.

Então, atualmente pelas lutas dos movimentos, a gente conquistou a Licenciatura que hoje é uma política pública instituída pelo governo, pelo Estado, mas nós estamos experimentando algo novo, porque enquanto você é específico, enquanto tem uma identidade tem mais a marca dos movimentos; na medida em que ela é institucionalizada, um dos riscos que a gente enxerga hoje, é o esvaziamento do protagonismo dos movimentos sociais; porque quem recebe o recurso, quem institui e formaliza, são as instituições de ensino superior; e pela cultura das instituições de ensino superior - que acham que o conhecimento está com eles - na medida em que o dinheiro entra para a universidade, porque discutir com os movimentos? Então nós acreditamos assim: que a gente luta pela política pública, quando o Estado institucionaliza, ele a devolve de forma a enquadrar a gente no sistema. A gente tem que ser igual, a gente deixa de ser aquele singular, aquele específico enquanto movimentos sociais, enquanto povos do campo (Representante do Movimento Social ligado à Educação do Campo, 2014).

A universidade e os movimentos sociais são parceiros históricos nesse processo de luta pela educação do campo. Mais recentemente via a expansão da licenciatura, nós temos na turma uma média de 40 alunos ligados diretamente ao movimento sem terra. Esse envolvimento não se dá somente na mobilização e divulgação do curso, mas também se dá na construção política pedagógica do curso, onde a universidade dialoga, seu planejamento, suas atividades, sua concepção, da dinâmica de ações das suas etapas. É um coletivo político pedagógico. Político no sentido da preocupação do engajamento dos sujeitos do movimento social, e pedagógico porque não é pensar só o espaço das aulas das atividades, mas pensar nessa formação integral no sentido de pensar os diferentes espaços formativos. Então diria que a participação do

movimento tem se dado de forma bastante colegiada, participando junto com a universidade nesse processo de construção das ações dos cursos (Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2014).

O depoimento do representante do movimento social revela que o processo de institucionalização do curso pode possibilitar a perda da identidade e das singularidades das populações do campo, que historicamente almejavam uma formação diferenciada e específica. Ressalta ainda que a política pública é importante, porém tende a olhar os sujeitos de forma universal na perspectiva de enquadrá-los nas normas do sistema público de ensino.

O coordenador entrevistado evidencia o quanto é importante os movimentos sociais assumirem o compromisso de acompanhar todos os passos da implementação das licenciaturas, para que possam dialogar com a universidade acerca da coerência teórico e prática do curso e com a matriz formativa necessária para a “formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, comprometidos com as lutas e com as transformações das condições de vida no campo” (MOLINA, 2014). Em relação a isso, os depoentes enfatizam:

A educação do campo é um eterno aprender a desaprender porque nós temos uma formação extremamente colonial e disciplinar; a maioria dos professores que chegam à educação do campo tem essa formação. O aprender a desaprender está justamente porque o curso te exige reconstruir o que você aprendeu durante anos; e essa reconstrução diante de uma demanda concreta, de uma luta social concreta nunca o desaprender foi um aprendizado tão importante. O desaprender aqui é criar algo novo, um conhecimento que está atrelado à realidade, um conhecimento que está ligado às lutas aos sujeitos (Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2014).

A licenciatura vem das lutas dos movimentos sociais, foi uma pressão, porque nós já tínhamos enquanto movimento social e universidade parcerias com outras licenciaturas, e sentíamos a necessidade de trazer uma licenciatura específica de educação do campo para o estado, para trabalhar os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Na nossa universidade o movimento social está diretamente ligado às ações da licenciatura, nós temos um grupo bom de educadores, de coordenadores que compreendem a luta e estão constantemente propondo, trabalhando junto ao movimento para que cada vez mais o curso possa ir se aprimorando e realmente trabalhando para a necessidade dos sujeitos do campo. Os movimentos sociais tem uma parcela grande de contribuição junto à universidade no sul e sudeste do Pará (Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2014).

A linha tênue pautada pelos movimentos sociais também se evidencia na luta pelo processo democrático, participativo na construção histórica das licenciaturas do campo. O reconhecimento enquanto sujeitos históricos, povos do campo, traz à tona uma ampla discussão da legitimidade destes como sujeitos em resistência, em luta permanente. A oposição pautada pelos movimentos sociais diante da lógica institucionalizada na universidade representa um momento como forma de trabalho concreto. Apple (1982) apud Guareschi (2002, p. 53), ressalta que:

Na verdade, essas bem-sucedidas lutas não são tão úteis como poderiam ser, se elas não são comunicadas. Se devemos superar a apatia e o ceticismo, bem como as atividades da tradição seletiva, as reformas não-reformistas que pessoas na sociedade estão colocando em ação podem ser colocadas na agenda somente se as outras pessoas forem sabedoras de sua existência.

Os depoimentos dos representantes dos movimentos sociais apresentam a visibilidade de sua comunicação e necessidade diante do enfrentamento da cultura dominante da universidade. As experiências nos cursos de Licenciatura do Campo desafiam e confrontam o desenvolvimento e as condições históricas perpetuadas nos modos de construir e socializar o conhecimento pelas instituições formativas. Esse movimento é dialético e constante e evidencia os processos antagônicos que constituem os desejos e sonhos dos movimentos sociais e a lógica dominante e institucionalizada das universidades.

À luz de Freire (2001, p. 11) ressaltamos que é importante no processo formativo entre a universidade e movimentos sociais que a prática dialógica se materialize por meio dos:

[...] pensares diversos, sonhos opostos não possam concorrer para o crescimento dos diferentes, para o acrescentamento de saberes. Saberes do corpo inteiro dos dessemelhantes, saberes resultantes da aproximação metódica, rigorosa, ao objeto da curiosidade epistemológica dos sujeitos. Saberes de suas experiências feitos, saberes “molhados” de sentimentos, de emoção, de medos, de desejos.

Assim, a partir do envolvimento das universidades em diálogo com os movimentos sociais e poder público, afirmamos a necessidade de ampliação das possibilidades dos sujeitos do campo, não somente de concluir a educação básica, mas ter em seu processo formativo as condições de ingressar nas universidades públicas e que sua permanência seja com qualidade tanto para os sujeitos do campo e da cidade; que as IES que assumiram a implantação da Licenciatura em Educação do Campo, o façam na contramão das práticas formativas de inspiração neoliberal, cerceadoras do direito à educação no ensino superior aos sujeitos empobrecidos, aos sujeitos do campo; e que a base de seus processos formativos seja a construção de uma sociedade digna, justa e emancipadora.

Faz parte das reflexões explicitadas nesse artigo, a exigência de que todos os sujeitos envolvidos nos processos formativos da Licenciatura do Campo devem se reconhecer como são, sujeitos históricos, “[...] finitos, inconclusos, mas conscientes de sua inconclusão, os faz reconhecer homens e mulheres como seres inseridos em permanente busca e como seres que se fazem e refazem socialmente na busca que fazem” (FREIRE, 2001, p. 53) pela educação do campo, pela universidade pública e de qualidade referenciada socialmente para todos os jovens, adultos e idosos da sociedade.

Nesse campo de produção de saber, a universidade precisa alargar a reciprocidade entre conhecimento científico e conhecimento da vida, em que a formação do sujeito crítico, como intelectual orgânico “está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do poder de acessar o conhecimento acumulado, com domínio das bases da ciência e senso crítico e criativo para colocá-lo a favor da superação das contradições sociais” (MOLINA; SÁ, 2011, p. 42). Nesta direção, Freire (2001) aponta a necessidade de legitimar a defesa por uma

educação de forma plena, como um “ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética” (p. 55), para os sujeitos do campo isso se desdobra em materializar nos processos formativos da Licenciatura no Campo que “o estético, o ético, o político não podem estar ausentes nem da formação nem da prática científica” (p. 56).

O protagonismo do movimento de Educação do Campo na promoção do IV Seminário Nacional da Licenciatura em Educação do Campo

O IV Seminário das Licenciaturas em Educação do Campo começou a ser planejado no ano de 2012 quando foram aprovadas 42 propostas no Edital mencionado anteriormente que previa código de vagas para realização de concurso público para docentes, técnicos e vagas nos vestibulares a serem realizadas em três anos. Neste contexto, o Estado do Pará aprovou os projetos das Licenciaturas nos campi da UFPA de Abaetetuba, Altamira, Cameté e Marabá, este último atualmente transformou-se na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

O compromisso do FONEC perante a entrada de mais de 30 Instituições de Educação Superior que estavam implantando a Licenciatura em Educação do Campo pela primeira vez, foi assumir a responsabilidade de fortalecer o diálogo com essas instituições na perspectiva de reafirmar os princípios que regem a educação do campo. Era preciso organizar um momento para congregar pesquisadores, docentes, discentes, coordenadores, movimentos sociais e representação dos Estados. Portanto, a realização dos Seminários Nacionais das Licenciaturas em Educação do Campo se concretizou como um espaço democrático e dialógico acerca do atual cenário das licenciaturas nas diversas regiões brasileiras.

O Estado do Pará foi escolhido para sediar o IV Seminário das Licenciaturas em Educação do Campo em face de seu protagonismo na história do Movimento da Educação do Campo no Brasil e na Amazônia. Como marco histórico destacamos o I Seminário de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural na Amazônia, realizado em 2004 que criou o Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e estimulou a organização e o fortalecimento dos fóruns regionais que foram se constituindo de acordo com as regiões de integração deste Estado.

Destacamos ainda o I Curso de Pós-Graduação *lato Sensu* em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade na UFPA - Campus Belém; como também a aprovação do Parecer nº 605/2008 que assegura no Sistema Estadual de Ensino a possibilidade de implementação de propostas pedagógicas fundamentadas na metodologia da Pedagogia da Alternância.

Em 2009 ocorreu a implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo no Campus da UFPA em Abaetetuba e a instituição do PROCAMPO nos inúmeros campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

Durante a realização do IV Seminário das Licenciaturas em Educação do Campo os movimentos e organizações sociais do campo do Estado do Pará se fizeram presentes, entre eles: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com destaque para os Sem Terrinha, o Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas do Município de Abaetetuba (MORIVA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), os Sindicatos dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), o Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Pará (SINTEPP), o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Acará (MMCCA), a Associação das Ilhas de Abaetetuba e a Associação do Rio Quianduba das Ilhas de Abaetetuba.

O seminário também contou com a participação de representantes do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e dos fóruns das regiões de integração do Pará, entre os quais citamos: Fórum Regional de Educação do Campo da Região Tocantina II (FORECAT), Fórum Municipal de Educação do Campo do Acará (FORECAR), Fórum Caetés e o Fórum Municipal de Educação do Município de Abaetetuba. Todos estes coletivos inserem em suas demandas sociopolíticas o direito de acesso à educação pública e de qualidade no espaço de vivência dos sujeitos.

Essas organizações têm como perspectiva a construção e a valorização da identidade dos sujeitos e populações do campo, para que possam ser reconhecidos pelo poder público, a fim de conquistarem melhores condições de vida e que as políticas públicas de fato se implementem no contexto da vida de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que almejam a cada dia condições dignas de existência e resistência nos territórios do campo.

Os protagonistas dessa história são sujeitos engajados na defesa de “políticas, projeto de campo, permanência da agricultura camponesa frente a sua extinção pelo agronegócio e na defesa da tradição camponesa, da cultura e dos valores, dos territórios dos modos de produção de bens para a vida de seres humanos” (ARROYO, 2007, p. 171). Com base neste ponto de vista, acreditamos que a organização dos povos do campo se constitui como um movimento em busca da permanência na terra e de condições materiais para produzir a vida no seu território com dignidade, com qualidade educacional, social, cultural e econômica.

Em meio a um movimento de disputas, tensões e conflitos, o IV Seminário das Licenciaturas em Educação do Campo, em diálogo entre representantes do FONEC, MEC/SECADI e os movimentos sociais, se realizou no período de 02 a 05 de dezembro de 2014, no Distrito de Mosqueiro no Estado do Pará, contribuindo com o fortalecimento das políticas de Educação do Campo.

O seminário contou com um total de 422 participantes, representando 42 Instituições de Ensino Superior, os movimentos e organizações sociais, o MEC/SECADI, a SEDUC-PA e as secretarias municipais de Educação dos municípios de Abaetetuba, Cameté, Concórdia do Pará, Moju e Bragança.

Em relação às Instituições de Ensino Superior, o seminário teve um quantitativo de 271 participantes incluindo coordenadores, docentes, discentes e técnicos que se fizeram presentes das cinco regiões brasileiras.

A organização de todas as entidades e instituições se pauta na possibilidade de construção conjunta de um projeto de educação básica e superior que seja político, coletivo e democrático, na perspectiva de atender a realidade educacional das populações do campo.

A educação não é um serviço ou mercadoria. É direito inalienável dos sujeitos do campo e da cidade ao acesso e permanência à educação de qualidade em seus tempos e espaços de construção do conhecimento, de intervenção na realidade social, nas lutas pelos direitos sociais e históricos das populações do campo, constitui-se em obrigação do Estado (ANDES, 2013). E nesse cenário, os movimentos sociais têm pautado o seu protagonismo a

partir de um processo de resistência contra a lógica hegemônica e institucionalizada nas universidades.

As discussões no seminário tiveram como foco debater acerca dos desafios da materialização e consolidação das Licenciaturas nas escolas de Educação Básica do campo, bem como refletir sobre a formação dos educadores centrada nas áreas de conhecimento e ancorados nos fundamentos da Pedagogia da Alternância.

A articulação política proporcionada por este seminário possibilitou a organização dos discentes, que de forma crítica se posicionaram diante da desarticulação que alguns cursos têm sofrido em determinadas universidades. O diálogo entre coordenadores, docentes, discentes e técnicos foi fundamental e contribuiu para o entendimento de que há certa unidade nacional quanto os desafios do processo de institucionalização pelos quais tem passado os cursos que estão sendo implantando pela primeira vez. Segundo as discussões nos Grupos de Trabalho o Curso de Licenciatura em Educação do Campo tem enfrentado muitos desafios e dificuldades do ponto de vista pedagógico, financeiro e principalmente de articular com os movimentos sociais.

Diante dessa análise, como forma de fortalecer a articulação política, os estudantes definiram em assembleia, criar uma coordenação colegiada composta por representantes das quatro regiões brasileiras, que pudesse ser representativa perante as reivindicações pautadas: as condições de acesso e permanência, bolsa de pesquisa e de extensão, alojamento de qualidade nos períodos do tempo universidade, estrutura física que possa garantir a qualidade das aulas, acompanhamento dos docentes no tempo comunidade, entre outras demandas que forem emergindo.

Assim sendo, o Seminário evidenciou a partir da fala dos sujeitos o quanto tem sido desafiador para as Instituições de Ensino Superior romper com uma lógica institucional e estrutural que tem se constituído como hegemônica na produção do conhecimento. A implantação das Licenciaturas em Educação do Campo tem provocado mudanças na matriz formativa, principalmente, no aspecto curricular ao incorporar políticas afirmativas na perspectiva de atender os sujeitos, que moram, estudam e trabalham no campo.

Para isso, deve contar com a participação dos movimentos sociais, na perspectiva de construir uma formação contra-hegemônica centrada no reconhecimento de uma educação diferenciada, contextualizada, crítica e emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] como ninguém busca no vazio, mas num contexto tempo-espacial, quem busca é tão marcado pelas condições em que busca quanto quem faz travessia é atravessado pelo tempo-espço que atravessa. (FREIRE, 2001, p.53)

A busca permanente realizada pelo protagonismo dos movimentos sociais na defesa da educação pública e de qualidade, nas ações de intervenções pela transformação da sociedade na luta contra o capital, pelo direito e permanência à terra, pela valorização do campo enquanto espaço de luta, de resistência e de vida na sociedade capitalista nos aponta os grandes desafios e atravessamentos que Freire (2001) nos sinaliza acima na construção de uma sociedade justa, igualitária e emancipada criticamente a partir da realidade do Campo.

As exigências do contexto histórico-cultural, econômico, social e político do Campo trazem à tona para a universidade novos modos de pensar e constituir as práticas formativas que pautem a ciência e os tempos-espacos vividos pelos sujeitos do campo na formação humana de intelectuais que representem a classe trabalhadora e que estejam comprometidos com as lutas do campo e com a transformação da sociedade.

É preciso continuar com o rompimento no distanciamento histórico entre universidade e movimentos sociais, e a articulação entre os processos formativos construídos historicamente pelos sujeitos do campo e pela universidade tem sido um caminho possível de resistência a ser percorrido, em sua continuidade e no diálogo permanente com os sujeitos do campo assim como com as instituições que lutam pela defesa da educação do campo.

A organização política das entidades e instituições necessita se fortalecer cada vez mais no permanente processo dialógico com os movimentos sociais e no posicionamento crítico e político na defesa da universidade pública e de qualidade para os sujeitos do campo, na luta contra a produção destrutiva da educação, universidade e escola pública materializados pelas práticas neoliberais na sociedade contemporânea.

Portanto, é fundamental o fortalecimento da participação dos movimentos sociais para os avanços da educação do campo tanto no cenário local como nacional na defesa radical por políticas públicas em todas as áreas sociais do campo e que se materializem como um direito inalienável aos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

APLLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em Educação*. Tradução Thomaz Tadeu da Silva; Tina Amado; Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Arte Médicas, 1995.

ARROYO, Miguel Gonzales. *Política de formação de educadores (as) do campo*. Cad. Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

CADERNOS ANDES. *Educação Pública*. Brasília, n. 2, p. 15 a 30, janeiro/2013.

COSTA, Eliane Miranda. *A Formação do Educador do Campo: um estudo a partir do Procampo*. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UEPA, 2012.

FREIRE, P. *Política e educação: ensaios*. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, p.235-274, jan.|abr. 2011

GUARESCHI, Neuza Maria. Resistência: uma categoria em discussão. In: HYPOLITO, A. L. M.; VIEIRA, J.S.; GARCIA, M. M. A. *Trabalho docente: formação e identidade*. Pelotas: Seiva, 2002.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 1, p.133-150. 2014. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares. 2.ed.São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, Castagna Mônica; SÁ, Laís Mourão. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: estratégias político- pedagógicas na formação de educadores do campo. In: MOLINA, Castagna Mônica; SÁ, Laís Mourão. (Orgs.). *Licenciaturas em Educação do Campo: registro e reflexões a partir das experiências- piloto* (UFMG, UNB, UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

_____. Desafios da Licenciatura na materialização das escolas do campo. In.: _____. *Palestra. IV Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO)*. Belém: MEC, 2014.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. *Educação do campo e políticas públicas no Brasil: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito a educação*. Programa de Pós- Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2009.

Recebido em: 26/01/2016

Aprovado em: 11/03/2016